

A LUTA INDÍGENA E A CIDADE: A SOCIEDADE ENVOLVENTE

Marilda Teles Maracci
Doutora em Geografia - UFF

INTRODUÇÃO

Este artigo tem o propósito de apresentar considerações acerca da intrínseca “relação” campo-cidade a partir dos conflitos espaço-temporais entre racionalidades distintas, tendo a questão do território como central – considerando a definição de “biodiversidade” como “território mais cultura”,¹ como sugere Arturo Escobar (2005, p. 142) – explicitados na luta indígena, particularmente na luta conjunta dos Tupiniquim e dos Guarani no Espírito Santo pela retomada de suas terras-territórios². Objetiva-se assim, localizar a cidade no interior destes conflitos tanto como espaço de diálogo entre os indígenas e a sociedade envolvente, quanto como espaço da objetivação/objetivação radical da racionalidade econômica, política, simbólica e hegemônica. Para tanto, considera-se como eixo analítico, aqui, o papel instituinte da luta indígena em outras configurações societárias no atual contexto das crises ambiental e civilizatória, protagonizadas pelas sociedades nacionais, enfatizando o conflito de racionalidades que emergem no confronto com a empresa Aracruz Celulose S/A. É oportuno considerar que no interior das racionalidades de matriz indígena a dicotomia cidade e campo e/ou urbano e rural não se coloca,

muito embora as experiências urbana e rural as atinjam como efeito das externalidades produzidas e impostas pela racionalidade hegemônica, homogeneizante e globalizada.

AS LUTAS TERRITORIAIS CONJUNTAS DOS GUARANI E DOS TUPINIQUIM NO ES

Naquela época [chegada dos Guarani em seu território, ES, década de 1960] existia mata, não tinha eucalipto nenhum, não tinha estrada, não tinha ponte, não existia nada, existia somente um barquinho para atravessar as pessoas. (João Carvalho, Guarani Mbya, apud CICCARONE, 2001, p.299)

Reparem que há vários anos não criamos nada. Vivemos de cortar e catar restos de madeira... No fundo da nossa alma eles querem nos convencer de que não vamos dar certo, não podemos dar certo! (Velho cacique Tupiniquim, 2005, apud MARACCI, 2008, p.196)

É sabido que os povos indígenas sempre ofereceram resistências ao invasor/colonizador em todas as capitânicas, exigindo desses grandes esforços para dominar cada região, conforme podemos verificar em Darcy Ribeiro (1995, p.33), dentre outros. Esses esforços que mobilizaram e mobilizam projetos de dominação, particularmente os de desenvol-

1 - “Pode-se dizer que esta noção de território que estão pesquisando os ativistas de movimentos e ecólogos políticos representa uma relação entre lugar, cultura e natureza. Da mesma maneira, a definição dos ativistas da biodiversidade como “território mais cultura” é outro exemplo de uma consciência-baseada-no-lugar, mais ainda, da transformação de lugar e cultura em fonte de fatos políticos. Os modelos locais da natureza podem igualmente ser reinterpretados como constitutivos de uma série de práticas não-capitalistas, muitas, apesar de que não todas, ecológicas. Pode-se considerar, para os efeitos desta análise, que os conjuntos de usos-significados estão dotados, ao menos potencialmente, de um significado econômico não-capitalista. As economias das comunidades baseiam-se no lugar (mesmo que não amarrados-ao-lugar, porque participam de mercados translocais), e freqüentemente mantêm um espaço comum que consiste em terra, recursos materiais, conhecimento, ancestrais, espíritos, etcetera (GUDEMAN E RIVERA, 1990; GUDEMAN, 1996).” (ESCOBAR, Arturo, 2005, p. 142)

2 - Cf. MARACCI, Marilda Teles, 2008.

A luta indígena e a cidade: a sociedade envolvente

vimento rural e urbano-industrial, desestruturaram e desestruturaram a organização das comunidades indígenas do Espírito Santo a ponto de, já no século XIX, embora não abandonando a resistência ao modelo cristão-ocidental, perderem aspectos fundamentais de sua cultura, incorporando cotidianamente, pelas “múltiplas estratégias de inferiorização” (SOUZA SANTOS, 1999, s/n) – guerra, violências físicas, genocídio, epistemicídio, catequese ou missão, escravidão, racismo, desqualificação, assimilacionismo e outros –, aspectos da cultura do colonizador. No entanto, mesmo sob estes imperativos da dominação moderno-colonizadora, os Tupiniquim e os Guarani se reivindicam enquanto tais e continuam enfrentando, por isso mesmo, estratégias de inferiorização que incluem, agora, a própria assimilação da cultura colonizadora como atributo de sua inferiorização, desqualificação e de ausência de direitos territoriais, como se pode verificar no constructo ideológico-discursivo da empresa Aracruz Celulose e sua rede de interesses, incluindo Estado. (MARACCI, 2008)

O Complexo Fabril da Aracruz Celulose no Espírito Santo está assentado sobre a aldeia Tupiniquim Macacos. Suas grandes extensões de plantios de eucaliptos clonais substituíram grande parte da Mata Atlântica e ocupam territórios ancestrais dos Guarani e dos Tupiniquim, de quilombolas e camponeses. Seus procedimentos ilícitos de aquisição de terras no Espírito Santo estão documentados nos Autos da inconclusa “CPI da Aracruz”³. Seu complexo fabril é o locus material da razão econômica, industrial, produtivista, capitalista, razão essa que impõe às comunidades do entorno um ordenamento territorial de concentração fundiária, monótono, disciplinar, uma tecno-natureza incompatível com o atributo fundamental de suas territorialidades: a sociobiodiversidade. O complexo celulósico sintetiza o aparato científico-tecnológico voraz no consumo dos recursos da terra (inclusive água, muita água) dos países do Sul para o consumo ilimitado dos países do Norte e das elites dos países do Sul, particularmente nas aglomerações urbanas. De forma unilateral e violenta, impõe-

se um padrão produtivo desenvolvimentista, tecno-científico, industrializante, excludente, extremamente consumista, ambiental e socialmente insustentável para a humanidade como um todo, em particular para as populações tradicionais, camponesas e das periferias urbanas dos países do Sul. “É o progresso da morte”, como sempre repete o cacique Guarani Wera Kwaray, afirmando “o progresso da vida” (apud MARACCI, 2008, p.211).

Há que se considerar que o que tem caracterizado o poder econômico e o Estado, segundo Henri Lefebvre (1974), é a realização da tarefa concreta da dominação. Essa tarefa é feita pela destruição, no decorrer do tempo, do espaço social, substituindo-o pelo espaço instrumental, fragmentado, que Lefebvre chama de “espaço abstrato”, espacializando uma estrutura hierárquica. (MARACCI, 1999, p.27) Nessa hierarquia não há lugar para a sociobiodiversidade.

As implicações sociais e ambientais deste empreendimento agro-industrial celulósico dão-se tanto pela grande concentração fundiária para a monocultura de eucalipto, quanto pela implantação de seu complexo fabril celulósico (que consome quantidades enormes de água na produção), além do agravante caráter de expansão acelerada da produção e da estrutura desta empresa (mais terra e mais água), o que intensifica e aprofunda os conflitos territoriais no Espírito Santo e Brasil. A insustentabilidade destas restrições territoriais, particularmente experimentadas pelos Tupiniquim e pelos Guarani, desencadeou no Espírito Santo um processo de lutas territoriais conjuntas destas duas etnias, bem como das comunidades quilombolas e camponesas, envolvendo amplos setores das sociedades nacionais no Brasil e no mundo, nos campos e especialmente nas cidades.

Os Tupiniquim e os Guarani dão seqüência a uma série de movimentações que se configuraram em três episódios de lutas resultando em Portarias Demarcatórias: a primeira luta (1975 a 1983); a segunda luta (1993 a 1998) e a terceira luta (2005 a 2007). Nas duas primeiras lutas as demarcações oficiais resulta-

3 - A CPI da Aracruz foi instaurada pela Assembléia Legislativa do Espírito Santo, conforme resolução nº 2.208, de 13 de março de 2002.

ram em reduções territoriais em relação ao total, ou seja, 20.472,81 hectares⁴. Em 1979 foram declaradas “terras de ocupação dos índios Tupiniquim e Guarani Mbya” (Portaria/Funai No. 609/1979), o total de 6.500 hectares; em 1983 deu-se a primeira demarcação e homologação de 4.492 hectares (por Decretos de No.s: 88.926, 88.672 e 88.601), reduzindo em 2.008 hectares o que foi declarado em 1979; em 1998, por Decretos Homologatórios (DOU: 14/12/1998) “houve a recusa na ampliação que se deu a menor, num total de 8.061 hectares” (Ministério da Justiça / Consultoria Jurídica, Informação CEP/CJ no. 1.047/2006); e no dia 27 de agosto de 2007, finalmente foram declarados os 14.227 hectares como “Terra Indígena Tupiniquim”, de “posse permanente dos índios Tupiniquim e Guarani Mbya” (Portaria Nº. 1.463/2007 – TI Tupiniquim) e 3.800 hectares de “Terra Indígena de Comboios” (Portaria Nº. 1.464/2007 – TI Comboios), totalizando 18.027 hectares conforme reivindicação dos índios. No corrente ano de 2008, estes dois povos discutem a recuperação ambiental e o uso que farão dos territórios reconquistados que se encontram em estado de devastação pela prática da monocultura de eucalipto desenvolvida durante 40 anos. Os Guarani, no entanto, ainda não têm neste TI homologado o reconhecimento oficial de território próprio Guarani.

O CONFLITO DE RACIONALIDADES

A presença de populações tradicionais cujas territorialidades/territórios se traduzem em práticas não-capitalistas, é para a formação/acumulação/exercício do capital um “design” espacial “ruim” e este não é funcional para tal propósito. As lutas territoriais apresentam aspectos da “práxis social” (LEFEBVRE, 1974). Embora a luta indígena não apresente, na forma de projeto, a superação radical da dominação de classe e da hegemonia do “espaço abstrato” (LEFEBVRE, 1974) ela problematiza as relações de propriedade vigentes e seus desdobramentos.

O conflito entre as comunidades indígenas do Espírito Santo e a Aracruz Celulose S/A é, em suma, conflito entre distintas racionalidades. Para a empresa e sua rede de interesses – incluindo o Estado – as suas razões imperativas são a competitividade, grandezas estruturais e de objetos técnicos, a produção recorde, aceleração, crescimento e expansão, o mercado de consumo, a cumplicidade entre técnica, ciência, informação e acumulação de capital, a globalização econômico-financeira, a maximização do lucro, o consumo individual, o desenvolvimento assimétrico, o progresso e a modernização, o controle econômico, político e social, a disciplina e a intolerância, a natureza (sem humanos) sob controle e enquanto recurso econômico, etc. Para os índios a unicidade/continuidade da natureza e cultura, “terra para viver e de liberdade”(Nota Pública das Comunidades Tupiniquim e Guarani do ES, 2005), a coletividade, solidariedade, cooperação, inclusão, tolerância, reciprocidade, entre outros, são bases de suas relações, são imperativos de vida referenciados na “natureza do lugar” (ESCOBAR, 2005).

Temos assim, de um lado a força homogeneizadora do poder e da hegemonia do modo de viver constituídos pelos alicerces da moderno-colonialidade urbano-industrial (tanto na sua vertente capitalista como socialista produtivista), e de outro, a contra-hegemonia que abriga incontáveis formas específicas, singulares de “mundos de viver”, no campo e na cidade (r-existências: lugar geográfico e epistêmico próprios)⁵, constituindo e reproduzindo (concreta e/ou virtualmente) a natureza naquilo que lhe é mais característico: a sociobiodiversidade.

As comunidades Guarani e Tupiniquim se unem na luta pela terra-território, uma luta que problematiza a relação dominante das sociedades nacionais contra-a-natureza. Desenvolvem-se retóricas territoriais conjuntas que, mais que manifestações de essências étnicas ou de identidades autênticas e essencializadas ou, ainda, de “essencialismos estratégicos” (LOBÃO, 2006, p.246), são trajetórias singulares, reconstruções, redescobertas e re-significações territoriais a partir de matri-

4 - Segundo os técnicos do GT/Funai, os Tupiniquim lhes informaram que “(...) muito embora a área primitivamente a eles doada [sesmaria] fosse muito maior, reclamavam para o seu povo apenas as áreas constantes do laudo descritivo anexo” (Ministério do Interior. Funai. Relatório GT – Portaria n.o 565-E/79. Brasília, 24 jul. 1979. fls. 250.)

5 - [...] mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um topoi, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age entre duas lógicas. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 165)

A luta indígena e a cidade: a sociedade envolvente

zes indígenas, transpondo tempos-espacos da experiéncia (MARACCI, 2008, p. 263), de r-existéncias (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.165) e resisténcias ao epistemicídio colonialista. A questáo da autenticidade étnica-territorial dos Tupiniquim e dos Guarani figurou nos referenciais discursivos da empresa e sua rede como uma das estratégias mais contundentes no conflito com estes povos. Eduardo Viveiros de Castro tem uma oportuna observação sobre a questáo da autenticidade étnica:

A autenticidade é uma autêntica invenção da metafísica ocidental, ou mesmo mais que isso — ela é seu fundamento, entenda-se, é o conceito mesmo de fundamento, conceito arqui-metafísico. Só o fundamento é completamente autêntico; só o autêntico pode ser completamente fundamento. Pois o Autêntico é o avatar do Ser, uma das máscaras utilizadas pelo Ser no exercício de suas funções monárquicas dentro da onto-teo-anthropologia dos brancos. Que diabo teriam os índios a ver com isso? (ISA/ CASTRO, 2007, s/n)

A exigéncia do reconhecimento do direito territorial indígena somente a partir da comprovação da imemorialidade territorial e dos sinais diacríticos (exigéncia base da rede discursiva da Aracruz Celulose S/A) impõe a idéia da cultura estática e ainda retira de questáo o passivo de violéncia étnica e epistêmica. No ambiente das contraposições argumentativas aos direitos territoriais indígenas, “não [se] leva em consideração o gradiente de poder dos grupos em confronto, no passado e no presente”, pois “colocar o poder ocidental para as conquistas em pé de igualdade com as demandas étnicas por reconhecimento é ou ignorar ou minimizar a violéncia da expansão ocidental” (RAMOS, 2003:397-398). Se o índio é integrado remete-se a ele o pagamento do preço da integração e assim, a questáo ser ou não ser índio é deslocada como uma questáo dos povos indígenas.

No atual contexto de crise ambiental-societária, as territorialidades étnicas, camponesas, tradicionais, ancestrais, por r-existirem às violéncias culturais, econômicas e sociais, são territorialidades que podemos considerar, como sugere Arturo Escobar, espacos de “reserva ética”. Nestas “sociedades da natu-

reza” (DESCOLA, 1996, p.14 & ESCOBAR, 2005, p. 4), a natureza é construída de formas extremamente distintas das formas modernas e utilizam os ambientes naturais de maneiras muito próprias, constituindo vínculos de continuidade entre o mundo biofísico, o humano e o supra natural. (ESCOBAR; 2005, p.4)

Diferentes etnias, com diferentes histórias, os Tupiniquim e os Guarani se encontram nas suas perspectivas territoriais quando projetam e anunciam a reconversão das terras-territórios reivindicadas e auto-demarcadas, de modo a recriar as condições de vida de cada povo, cada um a seu modo, para que retornem a mata, a água limpa, os bichos, a terra sadia para a produção de alimentos, artesanato, remédios, enfim, para que retornem as condições para suas práticas territoriais específicas. Tanto os Tupiniquim quanto os Guarani anunciam à sociedade envolvente repetidamente o desejo de reflorestar ao menos parte da terra-território reconquistada, refundar antigas aldeias e desenvolver formas de agricultura que respeitem a mata, os rios, os bichos... Eles se encontram em seus desejos de autonomia e de luta territorial, “onde a circulação dos fluxos desejantes se inscreve diretamente na terra” (HAESBAERT, s/d., p. 8). Aqui, eles também se encontram (e confrontam-se) com fluxos desejantes em outras configurações societárias, em especial nas sociedades urbanas.

Os conteúdos destes paradigmas de matriz indígena, quando anunciados, são importantes no processo socializante de re-significações da Natureza e Sociedade, diante da atual crise mundial dos paradigmas de explicações, de conhecimento, de intervenções no mundo, onde se verifica a inegável insustentabilidade da lógica dominante de mercado e consumo desmedido, das relações de produção, das concepções de desenvolvimento e sustentabilidade, em suma, do próprio modo de produzir e de viver urbano-industrial, capitalista e do socialismo produtivista. Arturo Escobar acrescenta uma importante contribuição para essa discussão:

(...) a experiência de desenvolvimento significou para a maioria das pessoas um rompimento do lu-

gar, mais profundo como jamais visto. Os eruditos e ativistas de estudos ambientalistas não só estão sendo confrontados pelos movimentos sociais que mantêm uma forte referência ao lugar – verdadeiros movimentos de apego ecológico e cultural a lugares e territórios – mas que também confrontam a crescente compreensão de que qualquer saída alternativa deve levar em consideração os modelos da natureza baseados no lugar, assim como as práticas e racionalidades culturais, ecológicas e econômicas que as acompanham. [...] Antropólogos, geógrafos e ecologistas políticos demonstraram com crescente eloquência que muitas comunidades rurais do Terceiro Mundo “constroem” a natureza de formas impressionantemente diferentes das formas modernas dominantes: eles designam, e, portanto utilizam os ambientes naturais de maneiras muito particulares. Estudos etnográficos dos cenários do Terceiro Mundo descobrem uma quantidade de práticas – significativamente diferentes – de pensar, relacionar-se, construir e experimentar o biológico e o natural. (ESCOBAR, 2005, p.133 e 168) [grifos no original]

Os Tupiniquim e os Guarani ao anunciarem a “terra para viver e de liberdade” nos diversos outros espaços e territórios, num processo de espacialização política da sua luta nas cidades e nos campos, anunciam suas territorialidades (de matriz indígena), recuperadas (o pré-existente como uma fonte de direitos) e re-significadas, e problematizam o presente e o futuro ao lançarem perspectivas territoriais cujas referências incluem valores das suas ancestralidades num exercício trans-espaco-temporal das suas experiências. Essa retórica territorial e/ou práticas políticas sustentadas na re-significação da trajetória cultural problematizam o poder, a hegemonia, a democracia, a modernidade, a tecno-natureza... São práticas que se constituem para a sociedade envolvente, em sinais de advertência. Rogério Haesbaert pode nos ajudar quando sugere que: “a (re) construção imaginária da identidade envolve (...) uma escolha, entre múltiplos eventos e lugares do passado, daqueles capazes de fazer sentido na atualidade (...)” (HAESBAERT, 1999, p. 180), e ainda, a observação de Walter Benjamin: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”. (BENJAMIN, 1940, apud ROUANET,

1985) Ou seja, “é preciso que tiremos todas as conseqüências do fato de que o discurso do nativo fala de outra coisa que exclusivamente do nativo, isto é, de sua sociedade ou de sua mente: ele fala do mundo.” (CASTRO, 2006, s/n). E podemos acrescentar que, neste caso, ele fala também para o mundo.

Estes povos decidem tornar públicos seus discursos/retóricas territoriais, em notas e atos, nas ocupações territoriais e demais ações. Sem a pretensão de acessar as mentalidades étnicas específicas dos Tupiniquim e dos Guarani, a tentativa aqui é apreender uma relação de sentido com o argumento que estes povos pretendem nos comunicar e comunicam acerca de suas territorialidades, o que pode ser entendido, emprestando as palavras de Eduardo Viveiros de Castro (2006, s/n), como o seu “pensamento insubmisso, o pensamento irredento, o pensamento indisciplinado, contra o Estado se quisermos” (CASTRO, 2005:s/n)⁶, contrapondo-se à sociedade, no caso, a capitalista-moderno-colonial-eurocêntrica-estadunidense, que lhes nega. Indisciplina esta que estas comunidades indígenas, ao seu modo, explicitam na sua luta territorial. Como movimento social que são, independentemente do sucesso ou não das suas lutas específicas, suas problematizações anunciadas estão inscritas no processo socializante geral. E o fazem, adentrando outros espaços/territórios nas cidades como extensão/espacialização da sua luta política, construindo encontros de perspectivas na produção mútua da crítica à racionalidade hegemônica.

CIDADE: A SOCIEDADE ENVOLVENTE

O conteúdo/forma do espaço urbano explicita a problemática do acesso a terra, a segregação sócio-espaco-territorial que visibiliza a concentração da pobreza e da riqueza. Os espaços das experiências urbana e rural constituem-se cada vez mais em espaços da objetivação radical da racionalidade hegemônica e homogeneizante, ou seja, da produção e realização da tecno-natureza (substituindo outras naturezas), da realização intensiva da racionalidade

6 - “Para nós, em suma, o célebre título lévi-straussiano ‘La pensée sauvage’ não se referia de modo algum à ‘mentalidade’ dos ‘selvagens’, mas ao pensamento insubmisso, o pensamento irredento, o pensamento indisciplinado. O Pensamento contra o Estado, se quisermos.” [CASTRO, Eduardo Batalha Viveiros de. *Antropologia e a Imaginação da Interdisciplinaridade – Conferência em 18 maio de 2005. Orgs.: Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG (Ieat) e da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP)*].

técnica-científica-informacional, chamando aqui Milton Santos (2006). Tal racionalidade, que atualiza estratégias de matriz modern-colonial, atinge tanto populações do campo quanto da cidade, considerando particularmente aqui a negação de singulares mundos de viver (outras naturezas). Como não poderia deixar de ser, aprofunda conflitos territoriais no e do campo que se explicitam em manifestações das “r-existências” (mundos de viver pré-existentes à racionalidade hegemônica) e resistências de populações/comunidades tradicionais cujas territorialidades se dão a partir da biodiversidade mais cultura, mesmo quando são impedidos de vivenciá-las como tal.

Os embates, conflitos, contradições do e no campo se explicitam nas cidades (RODRIGUES, 1991, p.30), tanto quanto os da própria cidade. A cidade aparece, assim, no interior desses conflitos territoriais tanto, como já dito, espaço da objetivação mais radical desta racionalidade hegemônica, quanto por constituir-se locus dos centros de poder econômico, político e simbólico. Consideremos ainda, e pelas razões acima, que a cidade constitui-se enquanto espaço estratégico da explicitação/visibilidade das lutas/conflitos sociais, de denúncias, espaço de diálogos e alianças de lutas, de problematizações do mundo, da disputa de imaginários.

Por falar em disputa de imaginários, a ideologia do desenvolvimento/crescimento, que envolve campos e cidades, explicitou-se em diversos eventos relacionados ao conflito entre os indígenas e a Aracruz Celulose S/A: no ano 2006, mais de 2000 trabalhadores da multinacional e seus terceirizados, liderados por Davi Gomes, diretor do Sintiema e vereador da cidade de Aracruz, mais o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Extrativas de Madeira de Aracruz (Sintiema), o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Celulose e Similares no Estado do Espírito Santo (Sinticel) e o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e de material Elétrico do Estado

do Espírito Santo (Sindifer), se mobilizaram no Portocel (porto da empresa) com objetivo de retirar à força mais de 300 indígenas que ocupavam o lugar para pressionar o Ministério da Justiça a dar uma garantia de que suas terras fossem demarcadas ainda naquele ano, como havia sido prometido. Os trabalhadores partiram para agressões físicas a indígenas e a vários apoiadores da causa. A polícia militar e a polícia federal, que estavam no local, não interviram. (CMI, 13/12/2006 e 14/12/2006) Outra manifestação deste conflito ocorreu quando as empresas e sindicatos que compõem a rede de interesses da empresa Aracruz Celulose S/A espalharam outdoors em algumas cidades do Espírito Santo com frases que diziam: “A Aracruz trouxe o Progresso e a Funai os Índios”, “Basta de Índios Ameaçando Trabalhadores”, “A Funai defende os índios, quem defende nossos Trabalhadores?” (CMI, 07/10/2006). Notas em jornais afirmando que as comunidades “não são formadas por legítimos índios” e “estariam cometendo atos violentos contra os trabalhadores da empresa” foram amplamente publicadas. (CMI, 16/09/2006) Campanhas difamatórias por meio de panfletos, coleta de assinaturas, palestras e cartilhas produzidas pela Aracruz Celulose S/A, desqualificando e ridicularizando a “identidade” das comunidades indígenas foram amplamente divulgadas e entregues nas escolas da rede pública e privada do estado, gerando um inquérito civil público instaurado pelo Ministério Público Federal (MPF/ES) que resultou na condenação da empresa por campanha ‘abusiva’ e ‘preconceituosa’ (Fórum Entidades Nacionais e de Direitos Humanos, 21/10/2006; Século Diário, 14/09/2006; SINAP, 25/09/2006). Estes mesmos atores realizaram marchas nas cidades de Aracruz e na capital Vitória. Estes são alguns exemplos das diversas manifestações de confronto que põem em evidência o conflito entre racionalidades distintas envolvendo campo e cidade. Nesse processo, pela via da violência epistêmica, atualizam-se “múltiplas estratégias de inferiorização” destes povos cujos

conflitos territoriais atuais evidenciam que estas estratégias prosseguem nas pegadas da matriz colonial. Inferioriza-se, assim, o que não é moderno, no campo e na cidade.

Por outro lado, estes povos desenvolvem também múltiplas estratégias de “r-existências”, não deixando de existir ao mesmo tempo em que resistem ao processo de restrições territoriais. A marcha dos movimentos sociais do campo e da cidade em apoio à luta territorial dos Tupiniquim e dos Guarani, realizada em Vitória em 2005, foi um exemplo de visibilidade das problematizações que o movimento territorial indígena e demais comunidades tradicionais e camponesas do Espírito Santo desencadearam.

Assim, diversas atividades de luta tais como, protestos, ocupações das fábricas de celulose e do porto do empreendimento celulósico, bem como das terras com plantios de eucaliptos, e ainda, as inserções nos eventos e fóruns em diversos espaços de discussão, as ocupações e marchas nas ruas das cidades, compuseram as ações dos Tupiniquim e dos Guarani, juntamente com os diversos movimentos sociais do campo e da cidade, no campo e privilegiadamente na cidade. Citando alguns exemplos: seminários, debates e eventos científicos em Universidades Públicas em diversos estados brasileiros; palestras em escolas do setor público e privado no ES; eventos no Brasil e em diversos outros países da América Latina, da Europa, e nos EUA (Ex: Fórum Internacional na Globalização–IFG, novembro/2006, Nova York); marchas, panfletagens e abaixo-assinados (inclusive fora do Brasil); protestos nas ruas das cidades (dentro e fora do Brasil); inserção em eventos promovidos pelas empresas do setor papelero, inclusive de temática ambiental (Ex.: Seminários científicos, Feiras do Verde no ES); documentários em vídeos; relatórios de estudos e publicações impressas; seminário Internacional (Impactos da Monocultura de Eucalipto – Vitória-ES); reuniões com o MPF, FUNAI, Ministério da Justiça e

outros, manifestações e acampamentos em Brasília; manifestações das mulheres indígenas; participação em eventos indígenas no Brasil e em outros países da América Latina.

Estas relações são significativamente relações de encontro e de trocas de experiências, de apoios, de histórias, de visões de mundo, de perspectivas, de desejos e vontades, de subjetividades, de energia, de resistências..., que acabam reinstituindo a cidade como espaço político e de produção de estratégias, tomando-a da condição cada vez mais afirmada de espaço de consumo. Formam um coletivo de comunidades que vivem no campo, com experiências territoriais e restrições territoriais comuns e que incorporam múltiplas construções de natureza, de saberes e fazeres. Negociam com forças trans-locais e ao mesmo tempo preservam sua autonomia e coesão comunitária, instituindo assim, um campo de possibilidades com a cidade.

Esse dado acrescenta a essa luta territorial específica um outro caráter político interessante: o crescimento da perspectiva de um outro tipo de globalização, a globalização da solidariedade, não-competitiva. Não somente os “índios”, as “comunidades”, os “povos ou populações tradicionais” desejam essa outra globalização, mas também diversos setores das sociedades nacionais que vivenciam, dentro ou fora, no campo e na cidade, de uma forma ou de outra, “territórios de exclusão” (HAESBAERT, 2004).

A dimensão atual das repercussões favoráveis que essas lutas territoriais conseguem sinalizam desejos com significativos vínculos às suas matrizes de racionalidade, fortemente presentes no processo de espacialização da luta e das construções de alternativas. Neste caso, o local e o mundial se imbricam profundamente e as conseqüências que se podem extrair daí no campo das possibilidades transcendem configurações espaciais e escalas de tempo e espaço, e transcendem ter-

ritórios também. Os espaços da cidade e do campo se intercomunicam nesse processo.

As r-existências e resistências das populações cujas territorialidades (vivas ou re-projetadas/reivindicadas) são experiências a partir da biodiversidade mais cultura e que se manifestam privilegiadamente no campo, mas também na cidade, nos possibilita questionar afirmações de que o Brasil é um país urbano. Mas essa é uma discussão ainda ser feita. Consideremos ainda neste debate as observações de Arlete Moysés Rodrigues: “No mundo atual considera-se urbanização um modo de vida que não está restrito aos limites da cidade (RODRIGUES, 1991, p. 4). Entretanto, há que se considerar, pelas forças hegemônicas em questão, que a cidade atual inclui-se no interior do conflito de racionalidades que emerge a partir das territorialidades indígenas: embora com extensão no campo, a experiência urbana produzida no capitalismo faz da cidade o espaço por excelência da objetivação/subjetivação radical da racionalidade econômica, política, simbólica e hegemônica. No entanto, e/ou por isso mesmo, as experiências urbana e rural sob tais imperativos produziram e continuam produzindo a exclusão das camadas populares mais pobres em todos os aspectos: sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais. Pela expulsão do campo, tal exclusão realiza-se/materializa-se na sua radicalidade no espaço da experiência urbana que, segundo Lefebvre (1974), constitui uma forma espacial que sustenta o processo de reprodução do capital, que se realiza, através do Estado (inimigo da própria vida cotidiana) tanto quanto pelo poder econômico, pela dominação, segregação e controle (administrativo e disciplinar/policial), ou seja, pela produção do “espaço abstrato” que depende dos efeitos da aglomeração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lógica da tecno-natureza que transforma a cidade em mercadoria torna tudo em equiva-

lente, buscando a homogeneidade e submetendo-a a uma lógica de vida que submete os diversos interstícios da cidade à vontades de governos, Estado e empresas privadas. Nessas experiências a cidade se abre como locus de encontro e diálogo entre movimentos atingidos pela mesma racionalidade hegemônica. A narrativa territorial indígena que, na suas inserções, re-significa o espaço das cidades dirige-se à sociedade envolvente em busca cumplicidade na firmação do direito à diferença que inverta a tendência da racionalidade técnica-científica-informacional que nos reduz a objetos, números...

Boaventura de Sousa Santos (1999:7) observa que: “a questão da biodiversidade vem re- por num novo plano a sobreposição matricial entre a descoberta do selvagem e a descoberta da natureza. Não é por acaso que no final do milênio boa parte da biodiversidade do planeta existe em territórios dos povos indígenas”. Talvez seja essa aproximação entre os mundos de viver r-existent e que desejam afirmar suas territorialidades a partir da biodiversidade mais cultura, talvez essas características destes povos e demais sociedades comunais, por conterem em suas narrativas e retóricas territoriais as semelhanças com a natureza que se perde enquanto outra natureza a substitui (tecno-natureza), talvez este seja um fator aproximativo entre tantos movimentos sociais urbanos e camponeses e diversos setores das sociedades nacionais (MARACCI, 2008, 262).

Mesmo que os Tupiniquim e os Guarani, por razões as mais diversas, não consigam realizar as territorialidades pretendidas, há que se considerar a importância dos movimentos sociais, concordando com Vera da Silva Telles (1994), na possibilidade que estes têm de atingir o modo como as relações sociais se estruturam, num terreno sujeito ao imprevisto dos acontecimentos de que constitui a dinâmica da sociedade, atuando na forma de sociabilidade como invenção histórica, numa interseção entre história, cultura e política. Segundo a autora:

[...] nada garante – e isso é o mais importante – que essas experiências (e outras) serão capa-

zes de generalizar e universalizar novos termos do contrato social. No entanto, por maiores que sejam suas ambivalências e contradições, limites e fraquezas, essas experiências permitem – e isso não é pouco – o pensamento e a imaginação políticas, pelos horizontes que descortinam para a invenção histórica. (Telles, 1994, p. 100)

O papel das lutas populares como limitador dos poderes de dominação econômica e do Estado é significativo como ação de contra-hegemonia, mas não é único papel porque os movimentos atuam também no processo histórico-constutivo das relações sociais. (MARACCI, 1999, p.5)

Os lugares dão sinais de inconformismo e a resposta, a receptividade, o diálogo, as articulações sinalizam encontros. A atual experiência mundial de crise social, ambiental/ecológica, paradigmática, epistêmica..., produz um ambiente de receptividade às lutas territoriais, como pudemos verificar no caso das lutas indígenas no ES, pelo seu caráter territorial de vinculação cultural e ecológica, constituídas de práticas não-capitalistas e não-produtivistas. Como bem lembra Arturo Escobar (2005, s/nº), “para eles, o direito a existir é uma questão cultural, política e ecológica”. Sobre este processo, referindo-se aos povos indígenas, Boaventura de Sousa Santos observa que:

Este paradigma de construção da natureza, apesar de apresentar alguns sinais de crise, é ainda hoje o paradigma dominante. Duas das suas consequências assumem uma especial preeminência no final do milênio: a crise ecológica e a questão da biodiversidade. Transformada em recurso, a natureza não tem outra lógica senão a de ser explorada até à exaustão. Separada a natureza do homem e da sociedade, não é possível pensar retroações mútuas. Esta ocultação não permite formular equilíbrios nem limites, e é por isso que a ecologia não se afirma senão por via da crise ecológica. Por outro lado, a questão da biodiversidade vem repór num novo plano a sobreposição matricial entre a descoberta do selvagem e a descoberta da natureza. Não é por acaso que no final do milênio boa parte da biodiversidade do planeta existe em territórios dos povos indígenas. Para eles, a natureza nunca foi um recurso natural, foi sempre parte da sua própria natureza enquanto povos indígenas e assim a preservaram preservando-se, sempre que conseguiram escapar à destruição ocidental. (SOUSA SANTOS, 1999:7)

A cidade é, portanto, um espaço de anunciação destas outras racionalidades que se encontram nas suas concepções de Natureza. “O fenômeno e o espaço urbanos não são apenas projeção das relações sociais, mas lugar onde as estratégias se confrontam. Eles não são, de maneira alguma, fins e objetivos, mas meios e instrumentos de ação” (LEFEBVRE, 1999: 85), como pudemos verificar nas ações tanto da empresa como da luta indígena nas cidades do ES.

A luta territorial dos Tupiniquim e dos Guarani estabelece uma comunicação com o mundo não-índio, onde procura respaldo político e cognitivo das sociedades nacionais. O projeto pré-existente da “terra de viver e de liberdade” ou “nossa terra, nossa liberdade”, “plantar nossa esperança” (TUPINIQUIM e GUARANI, 2005, 2006, 2007), como projeto de reconversão da terra danificada pela plantação de eucalipto, compõe um entendimento de biodiversidade, de natureza, de mundo que encontra cada vez mais adeptos, pois, distintos que são aos projetos de mercado/consumo, de lucro, do capital. Quando questionam a racionalidade hegemônica como guia de decisões que pode vir afetar gerações futuras, problematizam o futuro, direta e indiretamente, dirigindo-se à cidade enquanto sociedade envolvente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIM, Walter. Sobre o Conceito de História (1940). In: OBRAS ESCOLHIDAS I. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.
DESCOLA, Philippe. “Constructing Natures: Symbolic Ecology and Social Practice”, in: Descola, Philippe and Pálsson, Gísli (eds.) Nature and Society. Anthropological Perspectives (Londres: Routledge), 1996.
ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? En publicacion: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Ed-

A luta indígena e a cidade: a sociedade envolvente

- gardo Lander. CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Colección Sur Sur, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro. 2005. pp: 133-168 ISBN: 987-1183-24-0. Disponible en la World Wide Web: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Escobar.rtf]
- HAESBAERT, R. e BRUCEL, G. A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. Departamento de Geografia. Universidade Federal Fluminense. Texto desenvolvido no âmbito das pesquisas do NUREG (Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização), s/d.
- HAESBAERT, Rogério da (1999). Identidades Territoriais. In: Rosendahl, Z., Corrêa, R.L. (Orgs.). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. La production de l’Espace. Paris: Anthropos, 1974.
- LEFEBVRE, Henri. Revolução Urbana, ed. UFMG – Belo Horizonte, 1999.
- LOBÃO, Ronaldo J. da Silveira. Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma Política Pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento. 2006. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais.
- MARACCI, Marilda Teles. O Movimento por Moradia e Políticas Públicas de Estado no Contexto da Produção do Espaço-território Urbano em Presidente Prudente (SP). Dissertação de Mestrado em Geografia. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1999, 120 pp.
- MARACCI, Marilda Teles. Progresso da Morte, Progresso da Vida: a Reterritorialização Conjunta dos Povos Tupiniquim e Guaraní em Luta pela Retomada de seus Territórios (Espírito Santo - Brasil). Tese de Doutorado em Geografia. Niterói: Instituto de Geociências/Depto. Geografia/UFF, 2008, 288 pp.
- MIGNOLO, Walter D.. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. En publicacion: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro. 2005. pp: 71-103 ISBN: 987-1183-24-0.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. En publicacion: Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Ceceña, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2006. pp. 151-197. ISBN: 987-1183-34-8.
- RAMOS, Alcida Rita. Comments to the Return of the Native. In: Current Anthropology, vol. 44, nº 3, junho 2003, pp. 397-398, Apud: Lobão, Ronaldo J. da Silveira (2006). Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma Política Pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, p. 246.
- RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. Algumas reflexões sobre questões conceituais. Boletim de Geografia Teórica, vol 21, nº 42, pp. 27-33. Rio Claro, 1991.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. O Fim das Descobertas Imperiais. In: Notícias do Milênio. Fórum Social Mundial - Biblioteca das Alternativas. Edição Especial do Diário de Notícias de 8 de Julho de 1999, s/nº.
- TELLES, Vera da Silva (org.). Anos

90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. Antropologia e imaginação da interdisciplinaridade. Conferência realizada em 3 de maio de 2005. UFMG - Campus Pampulha. Org.: Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG (Ieat) e da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep), -UFMG- Campus Pampulha, s/nº. 2005.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. Entrevista concedida a Fany Ricardo, Lívia Chede Almendary, Renato Sztutman, Rogerio Duarte do Patro Duarte do Pateo, Uirá Felipe Garcia. In Abaeté, Exceto quem não é - Instituto Socioambiental (ISA), 26 de abril de 2006.

<<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/09/360605.shtml>> Acesso em agosto de 2007.

Revista Eletrônica Século Diário. Disponível em:

<http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2006/setembro/14/noticiario/meio_ambiente/14_09_08.asp> Acesso em: agosto de 2007.

Sindicato Nacional dos Papeleiros. Disponível em:

<http://www.sinap.org.br/template_S.php?id=2613> Acesso em: agosto de 2007.

Fórum de Entidades Nacionais e de Direitos Humanos. Disponível em:

<http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2022&Itemid=2> Acesso em: agosto de 2007.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

Aracruz Celulose: Imprensa/Últimas notícias. Disponível em:

<http://www.aracruz.com.br/show_press.do?act=news&id=1000326&lang=1> Acesso em: novembro de 2007.

Centro de Mídia Independente. Disponível em:

<<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/12/368797.shtml>> Acesso em: agosto de 2007.

Centro de Mídia Independente. Disponível em:

<<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/12/368606.shtml>> Acesso em: agosto de 2007.

Centro de Mídia Independente. Disponível em:

<<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/10/361987.shtml>> Acesso em: agosto de 2007.

Centro de Mídia Independente. Disponível em:

RESUMO

Elegendo como ponto de partida analítico o papel da luta indígena no atual contexto mundial de crises ambiental e civilizatória, protagonizadas pelas sociedades nacionais, enfatizando o conflito de racionalidades distintas que emergem no confronto entre as comunidades indígenas Tupiniquim e Guarani do Espírito Santo e a empresa Aracruz Celulose S/A, o presente artigo tece considerações acerca da localização da cidade no interior destes conflitos territoriais. Para tanto, considera-se a cidade tanto como espaço estratégico da explicitação de embates, conflitos e contradições do e no campo e cidade, espaço de diálogo, portanto, neste caso, entre os indígenas e a sociedade envolvente, quanto como espaço da objetivação/subjetivação, por excelência, da racionalidade econômica, política, simbólica, globalizada, homogeneizante e hegemônica, que depende dos efeitos da aglomeração urbana.

Palavras chave: matrizes indígenas, conflito de racionalidades, cidade-campo

A luta indígena e a cidade: a sociedade envolvente

ABSTRACT

The analytical starting point of this article is the role of the indigenous struggle in the present global context of environmental and civilization crises, lead by national societies. These crises stress the conflict of distinct rationalities that emerge in the confrontation between the indigenous Tupiniquim and Guaraní communities from Espírito Santo and the company Aracruz Celulose S/A. This article makes considerations about the localization of the urban inside these territorial conflicts. Therefore, the urban is being considered as a space of dialogue, a strategic space of making clashes, conflicts and contradictions clear from and within the rural and the urban; in this case, between the indigenous and the surrounding society. But the urban is also considered, par excellence, as a space of objectivation/subjectivation of the economical, political, symbolical, globalized, homogenizing and hegemonic rationality, that depends on the impacts of urban agglomeration.

Keywords: indigenous matrices, conflict of rationalities, urban-rural